



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Departamento de Planejamento e Gestão**

**Missão** : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

**Conforme o Ato Administrativo n.º 405/2009, que estabelece a numeração sequencial para atos oficiais do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e determina a renumeração da legislação interna consolidada, editada a partir de 1994, segue quadro abaixo com a nova numeração:**

**1 - RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

<b>Numeração Anterior</b>	<b>Nova Numeração</b>	<b>Descrição</b>
Res. nº 02/1994	Res. nº 01 /1994	Regimento Interno CPJ.
Res. nº 10/1994	Res. nº 02/1994	Licença para Tratamento de Saúde.
Res. nº 02/1995	Res. nº 03/1995	Auxílio Funeral.
Res. nº 05/1995	Res. nº 04 /1995	Diferença de Salário em Promotoria de Dificil Provimento.
Res. nº 07/1995	Res. nº 05/1995	Ajuda de Custo.
Res. nº 01/1999	Res. nº 06/1999	Eleição do Conselho Superior do Ministério Público.
Res. nº 02/1999	Res. nº 07/1999	Diárias.
Res. nº 06/1999	Res. nº 08/1999	Reorganização CEAF.
Res. nº 07/1999	Res. nº 09/1999	Procedimento para Deliberação do Colégio de Procuradores.
Res. nº 09/1999	Res. nº 10/1999	Institui o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado ( <b>GAECO</b> ).
Res. nº 10/1999	Res. nº 11/1999	Regulamento do FUNAMP.
Res. nº 01/2000	Res. nº 12/2000	Disciplina o afastamento de servidores e membros do Ministério Público de Mato Grosso do exercício de suas funções, para formação e capacitação.
Res. nº 04/2000	Res. nº 13/2000	Cria o Núcleo de Apoio para Recursos – <b>NARE</b> .
Res. nº 05/2002	Res. nº 14/2002	Regulamenta o instituto de assentos nas Procuradorias de Justiça.
Res. nº 03/2002	Res. nº 15/2002	Atribuições do Corregedor Geral e Corregedor Geral Adjunto.
Res. nº 01/2003	Res. nº 16/2003	Regulamenta os critérios de formação e funcionamento do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado à GAECO.
Res. nº 05/2003	Res. nº 17/2003	Normatiza as atribuições do Promotor de Justiça de Fundações e cria, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Banco de Dados de Fundações.
Res. nº 10/2003	Res. nº 18/2003	Autoriza o Procurador Geral de Justiça a instalar e prover novas Promotorias, sempre que necessário.
Res. nº 05/2004	Res. nº 19/2004	Procedimento Investigatório Criminal (PIC), pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Res. nº 08/2004	Res. nº 20/2004	Cria a Central de acompanhamento de inquérito policiais e controle externo da atividade policial.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Procuradoria Geral de Justiça  
Departamento de Planejamento e Gestão

**Missão** : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Res. nº 03/2005	Res. nº 21/2005	Regimento Interno de Funcionamento do GAECO.
Res. nº 05/2005	Res. nº 22/2005	Institui a estrutura de funcionamento do <b>NARE - Núcleo de Apoio para Recursos</b> .
Res. nº 06/2005	Res. nº 23/2005	Reorganiza a estrutura e funções do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Res. nº 08/2005	Res. nº 24/2005	Regulamenta a verba de representação de 50% do salário base pelo exercício do cargo de Direção da Administração Superior do Ministério Público.
Res. nº 02/2006	Res. nº 25/2006	Define horário para realização das reuniões ordinárias do órgão colegiado.
Res. nº 02/2007	Res. nº 26/2007	Regulamenta Sede Próprias das Promotorias com fácil identificação e outras providências.
Res. nº 06/2007	Res. nº 27/2007	Aprova o Regulamento das Correições e Visitas de Inspeção.
Res. nº 01/2008	Res. nº 28/2008	Atribuições das Promotorias de Justiça de Entrância Especial.
Res. nº 02/2008	Res. nº 29/2008	Atribuições das Promotorias de Justiça de 3ª Entrância.
Res. nº 03/2008	Res. nº 30/2008	Atribuições das Promotorias de Justiça de 2ª Entrância.
Res. nº 04/2008	Res. nº 31/2008	Atribuições das Promotorias de Justiça de 1ª Entrância.
Res. nº 09/2008	Res. nº 32/2008	Definir a titularidade das Procuradorias de Justiça do Estado de Mato Grosso e suas atribuições.
Res. nº 02/2009	Res. nº 33/2009	Dispõe sobre o Regulamento do Estágio de Estudantes no Ministério Público do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
Res. nº 04/2009	Res. nº 34/2009	Cria a Turma de Uniformização de Entendimentos no âmbito da Procuradoria de Justiça Criminal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Res. nº 06/2009	Res. nº 35/2009	Regulamenta no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal.